



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº (Do Sr. AUREO RIBEIRO)

DE 2025

Apresentação: 28/02/2025 10:24:59.523 - Mesa

RIC n.649/2025

Requer informação ao Ministério da Saúde sobre a gestão e a execução do Programa Rede Alyne, que busca reduzir a mortalidade materna no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Carta Magna e do art. 226, II, cumulado com o art. 116 e 115, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requer-se que esta Casa solicite informações ao Ministério da Saúde, sobre a gestão e a execução do Programa Rede Alyne, que busca reduzir a mortalidade materna no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Este parlamentar vem por meio deste requerer informações sobre a gestão e a execução do Programa Rede Alyne, que busca reduzir a mortalidade materna no Brasil.

A Rede Alyne é um programa lançado recentemente pelo governo brasileiro, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e melhorar o acesso das gestantes a serviços de saúde adequados. O nome do programa faz referência a Alyne da Silva Pimentel, uma mulher negra e pobre que faleceu





CÂMARA DOS DEPUTADOS

em 2002 devido à falta de atendimento adequado durante a gestação. Seu caso tornou-se um marco histórico na luta pelos direitos reprodutivos, resultando na primeira condenação do Brasil na Comissão sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) das Nações Unidas. O programa foi oficialmente lançado no Rio de Janeiro, reforçando o compromisso do governo em enfrentar esse problema crítico¹.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil precisa melhorar significativamente seus índices de mortalidade materna. Embora tenha havido avanços ao longo dos anos, o país ainda está longe de atingir as metas estabelecidas pelos organismos internacionais, exigindo ações concretas para ampliar o acesso a serviços de saúde materna de qualidade.²

Uma pesquisa recente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) publicada na revista *The Lancet*³ revelou que uma em cada quatro gestantes brasileiras viajou, em média, 62 km para dar à luz em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) entre 2010 e 2019. Essa realidade demonstra a deficiência na distribuição de leitos obstétricos pelo país, impactando negativamente a segurança das gestantes e dos recém-nascidos. O estudo também apontou que mulheres de regiões menos desenvolvidas são as mais afetadas por essa situação.

A atenção básica às mulheres grávidas é um dos pilares para reduzir a mortalidade materna no Brasil. No entanto, nesse estudo a Fiocruz revelou que ainda existem desigualdades significativas no acesso ao parto hospitalar, principalmente entre mulheres de baixa renda e residentes em áreas rurais. A falta de acesso a serviços de pré-natal de qualidade, aliada à

¹ GOV.BR. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/rede-alyne-novo-programa-busca-reduzir-mortalidade-materna-no-brasil> Acessado em 20/02/2025.

² FOLHA. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/02/uma-em-cada-quatro-gestantes-viaja-cerca-de-62-km-para-dar-a-luz-em-hospitais-do-sus-diz-estudo.shtml> Acessado em 20/02/2025.

³ THE LANCET. [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(24\)00303-X/fulltext#:~:text=Overall%2C%2025.4%25%20\(n%20%3D,%E2%80%939384.3%20min\)%2C%20respectively](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(24)00303-X/fulltext#:~:text=Overall%2C%2025.4%25%20(n%20%3D,%E2%80%939384.3%20min)%2C%20respectively) Acessado em 20/02/2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

escassez de profissionais especializados em certas regiões, contribui para um cenário preocupante de riscos à saúde materno-infantil⁴.

Diante da gravidade da situação, requer-se ao Ministério informações detalhadas sobre a execução da Rede Alyne e outras medidas adotadas para combater a mortalidade materna no país. Solicitam-se respostas aos seguintes questionamentos:

- 1) Qual é o planejamento detalhado do Ministério para a execução da Rede Alyne e quais são as metas estabelecidas?
- 2) O programa já apresenta resultados concretos desde seu lançamento? Quais são os principais avanços registrados até o momento?
- 3) Como o Ministério está garantindo a transparência na execução do programa? Onde estão publicados os atendimentos realizados e os recursos utilizados?
- 4) Quais são as medidas tomadas para melhorar o acesso ao atendimento obstétrico nas regiões mais vulneráveis, especialmente para mulheres que precisam percorrer grandes distâncias para dar à luz?
- 5) Existem parcerias com estados e municípios para ampliar a infraestrutura de saúde materna e garantir maior distribuição de leitos obstétricos pelo país?

A saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, e é dever do Estado assegurar o acesso universal e igualitário a serviços de saúde de qualidade. O Ministério possui um dos maiores orçamentos do governo federal, mas é necessário garantir que esses recursos sejam utilizados de forma eficiente e com entregas concretas à população.

⁴ FIOCRUZ. <https://agencia.fiocruz.br/novo-estudo-aponta-desigualdades-no-acesso-ao-parto-hospitalar-no-brasil> Acessado em 20/02/2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diante disso, solicitamos esclarecimentos detalhados para que possamos avaliar os impactos e a efetividade das ações implementadas por meio da Rede Alyne.

Assim, pedimos o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado Federal AUREO RIBEIRO
Solidariedade/RJ

